

NOTAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE E A ECONOMIA BRASILEIRA

Bruno Astolpho Montagnhani¹
Jandir Ferrera de Lima²

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar a ocupação da Região Centro-Oeste no contexto das transformações que ocorreram na dinâmica espacial da economia brasileira no período de 1930 a 2010. Os dados mostram que a economia do Centro-Oeste passou de uma condição de subsistência no início do século XX para se tornar uma grande produtora agropecuária no início do século XXI. Atualmente o espaço regional é caracterizado por algumas "ilhas de produtividade", não necessariamente subordinada à economia de São Paulo, sendo o setor industrial constituído basicamente pela indústria agroalimentar.

Palavras-chave: Economia Regional, Economia Brasileira, Centro-Oeste.

ABSTRACT

This paper analyze the occupation of the Brazilian Midwest Region in the context of transformations in spatial dynamics of the Brazilian economy. The data show that the economy of the Brazilian Midwest Region became a condition of support in the early twentieth century to become a major agricultural producer in the early twenty-first century. Currently the regional area is characterized by some "islands of productivity", not necessarily subordinate to the economy of Sao Paulo State in the industrial sector is made up primarily by the food industry.

Keywords: Regional Economic, Regional Development, Midwest Region.

1 INTRODUÇÃO

O Centro-Oeste compreende 18,8% do território nacional e abriga 14.058.094 habitantes, o que representa 7,37% da população do país (IBGE, 2010). Composta em sua maior parte por áreas de cerrado, é constituído pelo Distrito Federal, além dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Vários estudiosos da economia regional como Johann Heinrich von Thünen (1783-1850), Gunnar Myrdal (1898-1987), Auguste Lösch (1906-1945), Walter Christaller (1893-1969), e Perroux (1903-1987) já mostravam o importante papel do espaço na distribuição

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná campus/Toledo-PR

² Professor Adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná

das atividades econômicas. No Brasil, como é de amplo conhecimento, a produção econômica e, conseqüentemente, o povoamento, se concentraram na faixa litorânea durante o processo de ocupação do território, gerando fortes desigualdades em seu ordenamento. A Região Centro-Oeste, por suas características particulares de solo, clima, localização, vegetação e recursos minerais, permaneceu esquecida do restante do país até o século XX, quanto teve início a ocupação efetiva desse espaço.

Autores como Pacheco (1996), Guimarães (1997), Cano (1998), Caiado (2002), Diniz (1995) e Pavão (2005), distinguem o processo de desenvolvimento brasileiro, em sua perspectiva espacial, em três fases distintas: o processo de integração da economia nacional (1930-1970), o processo de desconcentração da economia nacional (1970-1985), e o processo de fragmentação ou desconcentração poligonal da economia nacional (1985-2010). Assim, o objetivo desse trabalho é demonstrar as diferentes fases de desenvolvimento da economia do Centro-Oeste no contexto das transformações que ocorreram na dinâmica espacial da economia brasileira.

Isto posto, este artigo está dividido em cinco seções, incluindo esta introdução. Nas seções dois, três e quatro são analisados a dinâmica da economia do Centro-Oeste em cada uma das três fases em questão. Por fim, seguem as conclusões na quinta seção.

2 A INTEGRAÇÃO DA REGIÃO CENTRO-OESTE NA ECONOMIA NACIONAL (1930-1970)

Foram diversas as tentativas de exploração da Região Centro-Oeste realizadas no século XVIII e início do século XIX, sendo que a mais importante, do ponto de vista econômico, foi a que descobriu ouro na Região. Com a decadência da mineração no início do século XIX, as províncias de Goiás e Mato Grosso tiveram uma redução considerável no número de povoados sendo que a pecuária extensiva e a lavoura de subsistência tornaram-se as únicas atividades produtivas (GUIMARÃES; LEME, 2002).

Assim, o período que vai da decadência do ouro até a chegada da estrada de ferro em Goiás no início do século XX, foi uma etapa com conflitos econômicos inexpressivos no contexto da história econômica nacional (ALMEIDA *et al.*, 2006). A razão dessa inexpressividade estava no perfil do território e na falta de infraestrutura de acesso à Região. Outro fator importante consistia na grande quantidade de terras férteis próximas ao litoral, suficientes para suprir a demanda interna por alimentos (CORRÊA; MIZUSAKI, 2009). A ferrovia que ligava Goiás ao Triângulo Mineiro reforçou os laços comerciais com o Sudeste do país e trouxe mudanças na dinâmica da economia local: houve aumento da produção de alimentos e crescimento de núcleos urbanos ao redor da ferrovia (ALMEIDA *et al.*, 2006).

No entanto, o processo de ocupação produtiva e urbanização do Centro-Oeste iniciaram efetivamente na década de 1930, com base nas políticas estatais de colonização. Este período marcou o processo de integração da Região com a economia nacional, uma

vez que a dinâmica da economia nacional, após a crise de 1930, passou a ser determinada pelo mercado interno e não mais pelo mercado externo. A crise forçou a ampliação de complementaridade agrícola e industrial entre as regiões em razão dos cortes das importações e das exigências de expansão subsequente à crise (PAVÃO, 2005).

Dessa forma, até o início do século XX, o Centro-Oeste caracterizava-se pela baixíssima densidade demográfica. A partir da década de 1930 nota-se um pequeno aumento no número de habitantes, porém, a Região só viria a superar a marca de 1 hab/km² na década de 1960 com a expansão da fronteira agrícola e o desmembramento de parte do território incorporado à Região Norte (TABELA 1).

Tabela 1: Densidade Demográfica da população Centro-Oeste – 1872 a 2000.

Anos	Mato Grosso		Goiás		Mato Grosso do Sul		Distrito Federal		Centro Oeste	
	Pop	Hab/km ²	Pop	Hab/km ²	Pop	Hab/km ²	Pop	Hab/km ²	Pop	Hab/km ²
1872	60.417	0,041	160.395	0,256	-	-	-	-	220.812	0,104
1890	92.827	0,063	227.572	0,369	-	-	-	-	320.111	0,151
1900	118.025	0,081	255.284	0,413	-	-	-	-	373.309	0,176
1920	246.612	0,167	511.919	0,829	-	-	-	-	758.531	0,357
1930	349.857	0,237	-	-	-	-	-	-	-	-
1940	193.625	0,211	826.414	0,79	-	-	-	-	1.020.039	0,48
1950	212.649	0,24	1.214.921	1,287	-	-	-	-	1.736.965	0,818
1960	330.610	0,37	1.913.289	1,892	-	-	-	-	2.802.828	1,321
1970	1.597.090	0,68	2.997.570	2,979	-	-	-	-	4.594.660	2,165
1980	1.222.001	1,352	3.204.932	9,423	1.408.084	3,943	1.216.704	209,7	7.051.721	4,61
1991	2.027.231	2,223	4.018.903	11,776	1.780.373	4,971	1.604.094	275	9.427.601	6,163
2000	2.504.353	2,762	5.003.228	14,66	2.078.001	5,802	2.051.146	352,3	11.636.728	7,607

Fonte: PAVÃO (2005, p.59), a partir do IBGE.

O processo de integração da economia do Centro-Oeste à dinâmica nacional se processou em dois momentos: o primeiro corresponde à fase mercantil (1930-1950) se caracterizou pela relação de troca inter-regional, cuja liderança pertencia ao Estado de São Paulo; e o segundo momento (1960-1970) corresponde à fase de ações governamentais de desenvolvimento regional que trouxeram mudanças profundas no perfil de ocupação da Região (CANO, 1998).

A fase mercantil do processo de integração nacional se identificou, segundo Caiado (2002, p.11), “por políticas de redução e eliminação dos impostos interestaduais,

construção de estradas e conversão política de antigos 'problemas regionais' em 'questões nacionais' na agenda política do governo federal".

O avanço da indústria e da urbanização no Sudeste e Sul do país necessitava cada vez mais da ampliação agropecuária para garantir o fornecimento de alimentos e de matérias-primas. Só assim era possível manter os preços sob controle e, conseqüentemente, os salários, assegurando novas inversões de investimentos produtivos por parte dos capitalistas. Esse conjunto de interesses permitiu a expansão da fronteira agrícola rumo a Região Centro-Oeste (PAVÃO, 2005).

Este íterim, a economia do Centro-Oeste passou a basear-se na agricultura e na pecuária bovina de corte, complementando a economia do Sudeste, ou seja, havia uma dependência em relação à economia urbano-industrial da Região mais desenvolvida do país. O vínculo entre as duas Regiões se limitava ao envio de produtos primários de Goiás e Mato Grosso para São Paulo, do qual recebiam manufaturas (BENVINDO, 1984).

Entre 1930 a 1970, os principais produtos agrícolas produzidos na Região Centro-Oeste eram arroz, milho, café, feijão, cana-de-açúcar e a criação de bovinos. No Estado de Goiás, o que predominava era a produção agrícola, e no Estado de Mato Grosso a pecuária. Segundo Borges (2000), o arroz foi o primeiro produto agrícola goiano exportado em escala considerável. Este produto, juntamente com o feijão, foram essenciais para atender a demanda de alimentos, principalmente da população pobre trabalhadora do setor urbano-industrial do Sudeste. O milho também representava uma posição considerável na produção do Estado, mas a maior parte deste produto era consumida internamente na alimentação dos animais. O Estado era também um importante produtor de café fora da Região Sudeste do país. Em 1958, ocupava o quinto lugar na produção nacional do produto.

No Mato Grosso a pecuária assumiu como a principal atividade econômica no período de 1930 a 1970. Apesar de outras atividades como a erva-mate, o charque, o couro, a ipecacuanha e a borracha terem apresentado bons resultados, foi o "gado em pé" que predominava nas exportações de Mato Grosso, tendo chegado a representar 60% das exportações do Estado na década de 1940. Neste período, a atividade pastoril passa a substituir a produção agrícola também em algumas regiões do Estado de Goiás. O fenômeno ficou conhecido, na historiografia regional, como "pecuarização da lavoura". Nos anos de 1950, o aumento do rigor sanitário e a necessidade de melhorar o aproveitamento da carne bovina fizeram com que o Sudeste de Goiás e o Pantanal de Mato Grosso passassem a receber investimentos em frigoríficos. Desse modo, estas Regiões deixaram de vender rebanhos magros para São Paulo e passaram a se especializar também na engorda e abate desses animais (PAVÃO, 2005).

Ao final da década de 1940, houve ainda a proposta governamental de ocupar as fronteiras da região central do país. Essa política, chamada de "Marcha para o Oeste", visava ampliar os núcleos habitacionais já existentes e aproveitar as potencialidades dos

recursos dessa região que, até então, eram pouco explorados. O então Governo de Getúlio Vargas construiu rodovias e ferrovias, e eliminou as barreiras alfandegárias com o intuito de facilitar o comércio entre as regiões do país. O impacto dessa política foi decisivo, dando origem a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a Colônia Pecuária Nacional de Dourados (CPND) no atual Mato Grosso do Sul (TEIXEIRA; HESPANHOL, 2006).

A partir da década 1960 a integração nacional entrou em uma nova fase, uma vez que o capital excedente gerado em São Paulo passou a ser investido em outras regiões em busca de novos lucros. Isso se deu, em primeiro lugar, devido à saturação do mercado no Sudeste e Sul no Brasil e, em segundo lugar, aos estímulos dados pelo governo federal para os capitais que migrassem para a periferia. Nessa fase, foram criados vários órgãos como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) com o intuito de desenvolver as diversas Regiões do território (CANO, 1998).

A construção de Goiânia e a inauguração de Brasília em 1960 foram outros fatores importantes na ocupação do Centro-Oeste. Os consequentes investimentos em infraestrutura de transportes permitiram a maior integração da Região com os centros mais dinâmicos do país. Dentre as principais rodovias construídas neste período podem-se destacar a BR 364 (Brasília - Cuiabá), BR 153 (Goiânia – São José do Rio Preto), BR 163 (Cuiabá – Santarém), e a BR 364 (Cuiabá – Porto Velho) (DINIZ, 2006). Segundo Vieira *et al.* (2005), “a posição geográfica do Distrito Federal foi decisiva para justificar a interiorização de investimentos em eletrificação, telecomunicações e, principalmente, em estradas que, até então, representavam um grande entrave ao desenvolvimento de Goiás”.

Na década de 1960 as áreas mais dinâmicas da Região Centro-Oeste eram: o centro e o sul de Goiás (baseada no desenvolvimento da agropecuária); os municípios de Goiânia, Brasília, Anápolis, Rio Verde e Itumbiara (com ocupação mais urbana); o sudoeste de Mato Grosso (Cuiabá, Rondonópolis e Cáceres); e o centro-sul do atual Mato Grosso do Sul (Campo-Grande e Dourados constituindo-se como centros urbanos) além de Corumbá ligada a atividades de indústria (siderurgia, moinho de trigo, fiação, cimento e mineração de ferro e manganês), turismo e centro comercial de fronteira (VIEIRA *et al.*, 2005).

3 O PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO DA ECONOMIA NACIONAL E A REGIÃO CENTRO-OESTE (1970-1985)

Na década de 1970 começou a ficar mais evidente os problemas causados pela concentração industrial da Grande São Paulo: crescimento desordenado, problemas de transporte público, poluição, degradação do meio ambiente, enchentes, etc. Nesse período, o governo federal estabeleceu um conjunto de medidas com o objetivo de transferir para a periferia parte da estrutura industrial de São Paulo. Dessa forma, foi implantado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) com investimentos de grande porte em infraestrutura

e energia a fim de reduzir as disparidades regionais e aumentar a produção de alimentos via expansão da fronteira agrícola (NEGRI, 1996).

Nos anos de 1970 foram colocados em prática diversos programas que contribuíram para formação da estrutura produtiva e urbanização do Centro-Oeste, a destacar: a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), o Conselho de Desenvolvimento da Pecuária de Corte (CONDEPE), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), o Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Dourados (PRODEGRAN), o Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília (PERGEB), o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste (PLADESCO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), a constituição das empresas de pesquisa estatais (EMBRAPA e EMATER), dentre outros (ALMEIDA *et al.*, 2006). Assim, a Região Centro-Oeste passou a atuar como fronteira agrícola e pólo de absorção dos excedentes populacionais. A pecuária extensiva e a produção de alimentos básicos passaram a ser substituídas pela introdução de culturas que não eram comuns na Região, como a soja, destinada a gerar divisas via exportações (PEDROSO; PEDROSO DA SILVA, 2005).

O resultado dessas políticas foi o aumento da taxa de crescimento industrial do Centro-Oeste e de outras Regiões periféricas. No período de 1949 a 1975 o setor industrial do Estado de São Paulo crescia a taxas superiores à taxa nacional. A partir daí ocorreu uma redução na taxa de crescimento dessa indústria, e as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste se destacaram com crescimento industrial acima da média nacional, indicando a descontração do setor (TABELA 2).

Tabela 2: Taxa de crescimento industrial das Regiões brasileiras e do Estado de São Paulo: 1949-1985

Região/UF	1949-59	1959-70	1970-75	1975-80	1980-85
Sudeste	6,7	6,5	9,8	6,4	0,2
São Paulo	7,5	6,9	10,4	5,9	-0,2
Sul	7,8	6,9	11,4	6,3	0,9
Nordeste	7,5	4,6	8,9	8,8	3,7
Norte	8,9	7,5	9,4	16,9	6,0
Centro-Oeste	10,9	10,5	12,5	12,1	2,6
Brasil	7,1	6,5	10,1	7,2	1,1

Fonte: CANO (1998)

Assim, enquanto o Brasil, de modo geral, sofria com a crise do petróleo na década de 1970 e com a crise da dívida externa na década de 1980, o Centro-Oeste inicia-se a fase de modernização da agropecuária comercial, resultado dos estímulos para o fortalecimento da base de exportação de *commodities* que permitiram a agroindustrialização da Região (GUIMARÃES; LEME, 2002). As principais modificações causadas na agricultura foram: a implantação do sistema de produção intensiva, ocupando grandes extensões de terras com a monocultura (principalmente a soja); o aumento da mecanização (utilização de tratores do plantio à colheita); a introdução dos insumos químicos para a pulverização das lavouras e fertilização do solo; novas culturas e raças de animais (variedades genéticas); e ampliação do trabalho assalariado. Essas mudanças estimularam o aumento da produtividade da terra e do trabalho, consolidando a modernização da agricultura do Centro-Oeste (SHIKI, 1997; GUIMARÃES; LEME, 2002; PAVÃO, 2005).

O nível de mecanização e modernização das propriedades rurais (uso de tratores e total de terras irrigadas) aumentou significativamente a partir da década de 1970. A partir de dados do Censo Agropecuário, nota-se que em 1970, a Região Centro-Oeste possuía 10.283 tratores e em 1985 já somavam 86.233, ou seja, crescimento de mais de 800%. Dentre os Estados da Região, Mato Grosso foi o que obteve maior crescimento: 3.225%. Quanto à área irrigada, em 1970 eram apenas 14.358 hectares, já em 1985 esse total saltou para 63.221 hectares: crescimento de 440%. O Estado cujo aumento foi mais expressivo foi Goiás, com crescimento de aproximadamente 500% (IBGE, vários anos). Essa reestruturação do meio rural possibilitou o aumento da produção e da produtividade, alcançando parte do objetivo proposto pelo II PND de “efetivar a vocação do Brasil como supridor mundial de alimentos”.

O setor que mais se desenvolveu a partir do avanço da mecanização do campo foi a produção de grãos e, em especial, a soja, após a adaptação de espécies ao cerrado possibilitada por esforços de pesquisas da EMPRAPA e EMPAER e a instalação das agroindústrias na Região. No ano de 1970 o Centro-Oeste produzia 0,001% da produção de grãos e 4,63% da produção de soja do Brasil. No ano de 1985 a região já produzia 18,52% do total de grãos e 31,21% do total de soja do país (CAIADO, 2002).

Como acrescenta Silva (2009), a modernização da agropecuária permitiu a expansão da indústria para as áreas rurais e a formação dos Complexos Agroindustriais (CAIs) que deram suporte à expansão do capitalismo no campo. A agricultura deixou de ser apenas fornecedora de matérias-primas e passou a atuar também na esfera industrial e comercial da produção. Segundo Sorj (1986, p.11) “a agricultura passa a se reestruturar a partir da sua inclusão imediata no circuito da produção industrial, seja como consumidora de insumos e maquinarias, seja como produtora de matérias-primas para a transformação industrial”.

Assim, no final dos anos de 1970 surgiram pequenas unidades agroindustriais na Região Centro-Oeste, basicamente construídas por pequenos grupos empresariais locais e regionais. Muitas dessas plantas industriais foram desmontadas das Regiões Sudeste e Sul do país, aproveitando-se de incentivos fiscais como a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Na década de 1980, o crescimento das áreas de lavouras e pecuária, e a melhora da infraestrutura, articularam grandes agroindustriais nacionais e internacionais a se instalarem na Região. O resultado foi a mudança do perfil econômico da Região com a progressiva construção de silos e armazéns, e instalação de empresas ligadas ao sistema agroalimentar como grandes frigoríficos e indústrias de esmagamento de soja e produção de óleo (GUIMARÃES; LEME, 2002).

Diante desse novo cenário, nota-se uma mudança na participação das Regiões na indústria de transformação brasileira. Em 1970 a Região Sudeste detinha 80,7% do total de empresas industriais do país. Porém, em 1985 essa proporção caiu para 70,8%. As outras Regiões, pelo contrário, apresentaram crescimento no número de empresas industriais em seus territórios. A Região Norte aumentou em 3 vezes sua participação, a Região Centro-Oeste 2 vezes, e as Regiões Nordeste e Sul aumentaram em 1/3 (PAVÃO, 2005).

A migração das indústrias para as outras Regiões e a expansão da fronteira agrícola, fizeram reduzir a participação da Região Sudeste no PIB nacional e aumentar a participação de todas as outras Regiões do país. Utilizando-se de informações do IBGE, Pavão (2005) ressalta que em 1970 a Região Sudeste contribuía com 65,5% no PIB do país, e em 1985 essa porcentagem cai para 59,1%. Neste contexto, a Região Norte foi a que mais cresceu na sua participação no PIB (86%), seguida pela Região Centro-Oeste (53%), Região Nordeste (16%) e em menor proporção a Região Sul (2,4%).

Assim, a análise da dimensão regional do investimento industrial de 1970 a 1985 mostra alterações significativas no padrão de localização da atividade produtiva. Nesse período todas as Grandes Regiões aumentaram sua participação no Valor da Transformação Industrial (VTI) e no emprego industrial, exceto a Região Sudeste que reduziu sua participação no VTI em 12,2%, e em 7,9% no emprego industrial. A Região que obteve maior crescimento no VTI foi a Região Norte com crescimento de 212,5%, seguida da Região Centro-Oeste (75,0%), Nordeste (50,8%) e Sul (39,1%). Setorialmente, de acordo com Pavão (2005), as indústrias mais significativas na Região Centro-Oeste eram: a indústria de beneficiamento (65%), produção de insumos básicos (16%), produção de bens de consumo (9,5%), extração mineral (7,5%), e bens de capital (2%) (DINIZ; CROCCO, 1996). Em síntese, até 1985 havia tendência clara à desconcentração da indústria, principalmente de bens de consumo leve. Por outro lado, continuavam concentrados no Sudeste, mais especificamente em São Paulo, os segmentos mais dinâmicos da indústria.

Além disso, em paralelo à desconcentração da indústria em curso no país, também se assistia, em São Paulo, um processo de rearranjo espacial interno dos padrões

de localização industrial, ou seja, ocorre um deslocamento de vários setores da indústria para o interior do mesmo Estado (PACHECO, 1999).

4 O CENTRO-OESTE NAS FASES DE FRAGMENTAÇÃO E DESCONTRAÇÃO POLIGONAL (1985-2010)

Em 1985 ocorre o esgotamento do crescimento da economia brasileira, o aumento da inflação e do endividamento do Estado. O aumento das exportações foi a maneira encontrada para fazer frente a essa situação. Esse cenário fez com que as Regiões periféricas se ingressassem intensamente no mercado externo, atendendo ao esforço de gerar divisas (PAVÃO, 2005).

A desconcentração perdeu fôlego nesse período devido, sobretudo, à crise econômica que levaram as seguintes consequências: desaparecimento de vários órgãos federais de desenvolvimento regional; queda dos investimentos públicos via conclusão do II PND; a abertura do comércio ao exterior; redução das exportações, principalmente de manufaturados; etc. Esses fatores, em conjunto, teriam levado a uma “inflexão no processo de concentração”. Essa inflexão é marcada por uma reconcentração ampliada, situada dentro de polígono de 1.700km de extensão que engloba as cidades de Belo Horizonte, Uberlândia, Londrina, Maringá, Porto Alegre, Florianópolis e São José dos Campos. Esse processo estaria relacionado com as mudanças tecnológicas e com a reestruturação produtiva, as quais exigem mudanças locacionais, principalmente das atividades mais intensivas em tecnologia e conhecimento (CANO, 1998; DINIZ, 1995).

Paralela à tese da “desconcentração poligonal” de Diniz (1995), há a tese da fragmentação do espaço econômico brasileiro. Para Pacheco (1996, p. 260), nas décadas de 1980 e 1990, “há desconcentração sim, mas ela se manifesta mais sob a forma de uma flagrante fragmentação da economia nacional, do que no crescimento solidário das regiões”. As economias regionais que atendem a demanda externa tendem a crescer e a se transformar em “ilhas de produtividade”, enquanto que as economias regionais que atendem a demanda interna tendem ao baixo dinamismo. Essas unidades dinâmicas são constituídas a partir de uma produção especializada, com possibilidade de inserção em mercados mundiais importantes, cujos efeitos para a economia nacional ainda são modestos, mas em escala regional é bastante representativo.

Assim, essa interpretação mostra as potencialidades de setores industriais localizados não necessariamente atrelados com a economia da Região Sudeste. Essas potencialidades giram em torno da produção de bens industriais intermediários e da agroindústria de modo geral, dando maior independência produtiva e comercial e fazendo emergir localidades de crescimento dinâmico. O ponto negativo é que, por consequência, aumentaria a heterogeneidade intra-regional (GALVÃO; VASCONCELOS, 1999).

Vainer (2007) acrescenta que a abertura da economia aos fluxos internacionais de capitais e a crise do Estado nacional, que culminou na ausência de políticas nacionais de

desenvolvimento regional, abriram brechas para novas formas de planejamento por parte de Estados e municípios. Isso provocou a “guerra de lugares”, ou seja, a competição para atrair recursos que possibilitassem o crescimento econômico, o que contribuiu para aprofundar a fragmentação territorial. Projetos de desenvolvimento local, políticas de estímulo ao empreendedorismo local, a atração de capitais via redução de impostos e o *marketing* urbano, se constituíram nos principais métodos de planejamento estratégico que submetem os lugares a uma globalização fragmentadora.

Embora haja divergência entre essas duas principais correntes de pensamento (fragmentação e desconcentração poligonal), uma interpretação não necessariamente exclui a outra. Ambas utilizam uma visão microrregional em oposição às análises macrorregionais. A tese da desconcentração poligonal refere-se aos ramos da indústria intensivos em tecnologia e conhecimento. A da fragmentação refere-se aos ramos dinâmicos, sejam eles intensivos em tecnologia ou não (GALVÃO; VASCONCELOS, 1999; PACHECO, 1999).

Tabela 3: Distribuição Regional do Emprego na Indústria de Transformação no Brasil – 1985/2010.

Regiões	Emprego Industrial		Participação no Emprego Industrial Total (%)		Variação do Emprego Industrial (%)	Variação da Participação (%)
	1985	2010	1985	2010	1985/2010	1985/2010
Norte	113.838	272.288	2,18	3,45	1,39	0,58
Nordeste	525.255	1.052.444	10,07	13,35	1,00	0,32
Sudeste	3.463.047	4.139.236	66,42	52,49	0,20	-0,21
Sul	1.024.177	2.006.823	19,64	25,45	0,96	0,30
Centro-Oeste	87.487	414.911	1,68	5,26	3,74	2,13
Total	5.213.804	7.885.702	100	100	0,51	-

Fonte: RAIS/MTE

Devido a irregularidade de informações censitárias atualizadas para análise da dinâmica espacial da indústria nesse período, é comum utilizar dados alternativos como o número de empregos da base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Pelos dados da Tabela 3, nota-se a continuidade do processo de desconcentração do emprego formal nos anos posteriores à segunda metade dos anos 1980, mesmo que não tão intensa como na década de 1970. De 1985 a 2010 todas as Regiões brasileiras tiveram aumento no total de emprego industrial, porém, a intensidade dessa variação se deu de forma diferente. A Região Sudeste foi a que

menos aumentou o número de empregos industriais, apenas 20%, e a única Região que cresceu abaixo da média nacional de 51%. Por outro lado, a Região Centro-Oeste foi a que mais aumentou seu total de empregos industriais (374%), seguida da Região Norte (139%), Nordeste (100%) e Sul (0,96%).

Entre 1985 e 2010, todas as Regiões aumentaram sua participação no total de empregos industriais do país, exceto a Região Sudeste. Em 1985 a Região Sudeste detinha 66,42% do emprego industrial do país, e em 2010, essa proporção passou para 52,49% - queda de 21%. Paralelamente, a Região Centro-Oeste foi a que mais aumentou sua participação no total de empregos industriais no Brasil (213%), passando de 1,68% em 1985 para 5,26% em 2010. Em segundo lugar aparece a Região Norte com aumento na participação de empregos industriais de 58%, seguida pela Região Nordeste (32%) e Região Sul (30%).

Tabela 4: Evolução da participação regional no emprego setorial da indústria de transformação nas Regiões do Brasil: 1985-2010.

Regiões	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Produtos minerais não metálicos	++	+	-	+	+
Metalúrgica	++	+	-	+	++
Mecânica	++	+	-	+	++
Elétrico e de comunicações	+	+	-	++	+
Material de transporte	++	++	-	++	++
Madeira e mobiliário	+	+	-	+	+
Papel, papelão, editorial e gráfica	++	+	-	+	+
Borracha, fumo, couro e peles	+	+	-	+	++
Química, perfumaria, farmacêutica	+	+	-	+	++
Têxtil e vestuário	-	+	-	+	++
Calçados	++	++	-	-	+
Alimentação e bebidas	+	-	-	+	++

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria. Baseado em Rodrigues (2005).

NOTA: - variação negativa de até 50%

+ variação positiva de até 100%

++ variação positiva superior a 100%

Uma análise da participação no emprego setorial da indústria, a partir de dados desagregados em 12 ramos produtivos mostra significativas mudanças na participação das Regiões brasileiras no total de empregos nas diferentes indústrias. De 1985 a 2010, a Região Sudeste reduziu sua participação relativa em até 50% em todos os ramos

industriais. Por outro lado, a Região Centro-Oeste aumentou sua participação relativa em todos os setores da indústria, e na sua maior parte em mais de 100%, como no caso da indústria metalúrgica; mecânica; de material de transporte; de borracha, fumo, couro e peles; química, de perfumaria e farmacêutica; têxtil e de vestuário; e de alimentos e bebidas (TABELA 4).

As outras Regiões brasileiras também apresentaram aumento na participação relativa em todos os ramos da indústria exceto na indústria têxtil e de vestuário na Região Norte; na indústria de alimentos e bebidas na Região Nordeste; e na indústria de calçados na Região Sul. Assim, como observa Rodrigues (2005), o crescimento da participação relativa das Regiões ditas “periféricas” em ramos da indústria não diretamente relacionados à expansão das fronteiras agrícola e mineral indica que a desconcentração atingiu também ramos produtivos mais modernos. Ou ainda, com base na teoria dos “efeitos de encadeamento para trás e para frente” de Hirschman (1961), a expansão das fronteiras agrícola e mineral nessas Regiões teria estimulado os elos entre as diversas atividades que integram essas cadeias.

Tabela 5: Aglomerações Industriais Relevantes (AIRs) nas Regiões do Brasil: 1985-2010.

Regiões	Número de AIRs		Participação no total de AIRs (%)		Varição no Número de AIRs (%)	Varição da participação no total de AIRs (%)
	1985	2010	1985	2010	1985/2010	1985/2010
Norte	2	4	2,41	2,48	100,00	3,10
Nordeste	14	26	16,87	16,15	85,71	-4,26
Sudeste	43	70	51,81	43,48	62,79	-16,07
Sul	21	45	25,30	27,95	114,29	10,47
Centro-Oeste	3	16	3,61	9,94	433,33	174,94
Total	83	161	100	100	-	-

Fonte: RAIS/MTE.

Um estudo feito por Diniz e Crocco (1996) analisa o processo de desconcentração industrial no período de 1970 a 1991, a partir do que eles denominaram de “aglomerações industriais relevantes” (AIRs), tomando como base as microrregiões homogêneas definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim, são consideradas AIRs as microrregiões que geram mais de 10.000 empregos na indústria. Seguindo esse mesmo critério e analisando o período de 1985 a 2010, nota-se que houve evolução no número de AIRs em todas as Regiões do país (TABELA 5). O Centro-Oeste foi a Região que obteve o

maior crescimento percentual no total de AIRs (433%), passando de 3 para 16 aglomerações. Em segundo lugar aparece a Região Sul (aumento de 114%), seguida pela Região Norte (100%) Nordeste (85%), e Sudeste (62%).

Apesar de todas as Regiões terem aumentado o número de aglomerações, houve uma mudança na participação relativa dessas Regiões no total das aglomerações industriais relevantes (AIRs) do Brasil. A Região Sudeste que em 1985 detinha 51,81% das aglomerações, em 2010 esse percentual cai para 43,48%, ou seja, reduziu sua participação em 16%. A Região Nordeste, apesar de ter aumentado em número absoluto, também reduziu sua participação relativa em 4,26%. Paralelamente, a Região Centro-Oeste foi a que mais aumentou sua participação relativa no total de aglomerações industriais relevantes (AIRs) (175%), precedida pela Região Sul (10,47%) e Região Norte (3,1%).

Observa-se um efeito de desconcentração do setor industrial, uma vez que as Regiões periféricas passam a assumir uma maior representatividade na parcela das AIRs existentes no território nacional. No entanto, grande parte ainda ocorreu dentro do polígono descrito por Diniz (1995). Por outro lado, isso não impediu que surgissem também algumas “ilhas de produtividade” apontada pela teoria da fragmentação de Pacheco (1996). As microrregiões que se destacam na geração de empregos industriais na Região Centro-Oeste são exemplos dessas “ilhas”. São elas: a microrregião de Brasília no Distrito Federal; microrregiões de Goiânia, Anápolis, Sudoeste de Goiás, Meia Ponte, e Entorno de Brasília no Estado de Goiás; microrregiões de Cuiabá, Sinop, Rondonópolis, Alto Teles Pires e Tangara da Serra no Estado de Mato Grosso; e microrregiões de Campo Grande, Dourados, Três Lagoas, Nova Andradina e Iguatemi no Estado de Mato Grosso do Sul.

As unidades industriais das microrregiões do Centro-Oeste estão basicamente voltadas para o segmento agroindustrial, com a presença de grandes e modernas indústrias processadoras de alimentos, laticínios, frigoríficos, usinas de açúcar e etanol, e indústrias complementares como mecânica, de adubos e fertilizantes, pertencentes a grupos nacionais ou estrangeiros.

Existem ainda algumas particularidades como a indústria farmacêutica nas microrregiões de Anápolis e de Goiânia em Goiás, com a presença de grandes laboratórios que juntos formam o maior pólo farmacêutico em número de empregos do país, além de uma montadora de veículos e várias indústrias têxteis. No Estado de Mato Grosso, a microrregião de Sinop destaca-se também pela indústria madeireira e mobiliária. No Mato Grosso do Sul a indústria têxtil, de papel e celulose, e de beneficiamento de couro também apresenta grande significância nas microrregiões de Campo Grande e Três Lagoas; e na microrregião de Brasília a indústria gráfica também é bastante representativa.

As 5 microrregiões que formam as AIRs do Estado de Goiás são responsáveis por 77% do emprego industrial e 83% do emprego total do Estado no ano de 2010, num total de 18 microrregiões. O Estado de Mato Grosso que possui 22 microrregiões, apenas as 5 identificadas como AIRs são responsáveis por 61% do emprego industrial e 67% do total

de emprego do Estado. No Estado de Mato Grosso do Sul, as 5 microrregiões representativas, num total de 11, correspondem a 84% do emprego industrial e 82% do emprego total do Estado. Assim, como já alertado por Pacheco (1996), a fragmentação tende a aumentar as desigualdades intrarregionais, resultado do diferente dinamismo encontrado no mesmo território regional.

Desse modo, o Centro-Oeste entra no novo século como uma região dinâmica com grandes vantagens locais e possibilidade de expansão. A Região se firmou como o principal centro produtor de alimentos do Brasil, o que tem contribuído para o crescimento da economia e das exportações nacionais. Está situada em uma posição privilegiada, no centro do continente, e próximo de outros mercados consumidores da América Latina, e por onde pode ser estudada uma possibilidade de saída do país para o Oceano Pacífico. No entanto, a Região ainda apresenta sérios estrangulamentos que impedem o seu desenvolvimento como a carência de infraestrutura e a grande distância em relação aos portos de escoamento para os mercados consumidores mundiais. Além disso, por possuírem em seu território importantes biomas como o cerrado, pantanal, e floresta amazônica, a Região por vezes se depara com o *trade-off* “crescimento *versus* impactos ambientais”, o que limita que grandes projetos e estratégias de desenvolvimento regional, via aumento da industrialização, sejam colocados em prática.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo demonstrar as diferentes fases de desenvolvimento da economia do Centro-Oeste no contexto das transformações que ocorreram na dinâmica espacial da economia brasileira.

A fase de integração da economia nacional (1930-1970) caracteriza-se pela subordinação da economia da Região Centro-Oeste à economia de São Paulo. Os principais produtos exportados pela Região eram o arroz e o “gado em pé”, que davam sustentação à ampliação do capitalismo-industrial na Região mais desenvolvida do país.

O processo de desconcentração da economia nacional (1970-1985) ocorreu devido às deseconomias de aglomerações São Paulo e às políticas regionais de desenvolvimento, em que parte da indústria passa a se transferir para a periferia. Nota-se então, uma redução na taxa de crescimento dessa indústria, e as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste se destacam com crescimento industrial acima da média nacional. No Centro-Oeste ocorre a modernização do campo e a ampliação da indústria através da constituição dos Complexos Agroindustriais (CAIs).

Durante o processo de fragmentação e/ou desconcentração poligonal da economia nacional (1985-2010), a Região Centro-Oeste se consolidou com uma estrutura de transformação voltada basicamente para o setor agroalimentar e pelo dinamismo desigual entre suas microrregiões. Assim, as microrregião de Brasília no Distrito Federal;

microrregiões de Goiânia, Anápolis, Sudoeste de Goiás, Meia Ponte, e Entorno de Brasília no Estado de Goiás; microrregiões de Cuiabá, Sinop e Rondonópolis, Alto Teles Pires e Tangara da Serra no Estado de Mato Grosso; e microrregiões de Campo Grande, Dourados, Três Lagoas, Nova Andradina e Iguatemi no Estado de Mato Grosso do Sul, se caracterizam como “ilhas de produtividade” e geram a maior parte do emprego industrial dos seus Estados.

Tem-se como limitações desse trabalho a escassez de dados e de outros trabalhos referentes à economia centro-oeste, principalmente por esta se tratar de uma Região nova, em que a formação territorial que hoje a constitui datam a um pouco mais de 30 anos.

Assim, sugere-se para trabalhos futuros um estudo mais detalhado sobre as potencialidades e desafios a serem enfrentados pela Região, bem como a possibilidade de um desenvolvimento mais igualitário dentro do próprio território, e o custo-benefício provocado pelas isenções fiscais dos Estados para a atração de novos capitais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, G. S.; VIEIRA, P. A.; RAMOS, P. Os programas de desenvolvimento econômico do Centro-Oeste brasileiro e suas conseqüências: anos 60 e 70. In: VII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 2006, Quito. **Anais...** Quito: ALASRU, 2006.

BENVINDO, F. M. **Acumulação capitalista e Urbanização em Goiás (1920-1980)**. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Economia, Universidade de Brasília, UNB, Brasília, 1984.

BORGES, B. G. A economia agrária goiana no contexto nacional (1930-1960). **História Econômica e História das Empresas**, São Paulo, v.3, n.2, p.65-103, 2000.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. **Base de dados RAIS**: registros administrativos. Brasília: MTE, Vários anos.

BRASIL. **Projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND (1975-1979)**. Brasília, DF: Senado, 1974.

CAIADO, A. S. C. **Desconcentração industrial regional no Brasil (1985-1998)**: Pausa ou retrocesso?. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, 2002.

CANO, W. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

CORRÊA, A. S.; MIZUSAKI, M. Y. Produção agrícola e sua reestruturação produtiva no Estado de Mato Grosso do Sul. In: 12º ENCUENTRO DE GEOGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 2009, Montevideu-Uruguai. **Anais...** Montevideu: EGAL, 2009.

DINIZ, B. P. C. **O Grande Cerrado do Brasil Central: geopolítica e economia**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2006.

DINIZ, C. C. A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas, **Texto para discussão**, n. 375, Rio de Janeiro, IPEA, jun. 1995.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 77-103, jul. 1996.

GALVÃO, A. C.; VASCONCELOS, R. R. Política regional à escala sub-regional: uma tipologia territorial como base para um fundo de apoio ao desenvolvimento regional. **Texto para discussão**, n. 665, Brasília, IPEA, ago. 1999.

GUIMARÃES, E. N., LEME, H. J. de C. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. In: HOGAN, D. J. *et al.* (orgs.). **Migração e ambiente no Centro-Oeste**. Campinas: UNICAMP, 2002.

GUIMARÃES, L. **Dinâmica regional no Brasil**. Brasília: IPEA, 1997. Versão preliminar.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. Brasília; Vários anos.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

NEGRI, B. **Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas: UNICAMP, 1996.

PACHECO, C. A. Novos Padrões de Localização Industrial? Tendências Recentes dos Indicadores da Produção e do Investimento Industrial, **Texto para discussão**, n. 633, Brasília, IPEA, mar. 1999.

PACHECO, C. A. **A questão regional brasileira pós 1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional.** Tese (Doutorado) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, 1996.

PAVÃO, E. da S. **Formação, estrutura e dinâmica da economia de Mato Grosso do Sul no contexto das transformações da economia brasileira.** Dissertação (Mestrado) - Centro Socio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2005.

PEDROSO, Í. L. P. B.; PEDROSO DA SILVA, A. R. As transformações da agricultura do sudoeste de Goiás: da agropecuária extensiva a formação de cluster de grãos. In: XLIII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: SOBER, 2005.

RODRIGUES, J. M. Novas áreas industriais e alguns aspectos da imigração no período 1995/2000: um enfoque no Centro Oeste. In: 4º ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2005.

SHIKI, S. Sistema agroalimentar nos cerrados brasileiros: caminhando para o caos?. In: SHIKI, S., SILVA, J. G.; ORTEGA, A. C. (orgs). **Agricultura, meio-ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro.** Uberlândia: UFU, 1997.

SILVA, W. G. da. A industrialização do Estado de São Paulo e sua relação com a especialização na produção de matéria-prima do Centro-Oeste brasileiro: uma análise do período de 1930 a 1970. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2009.

SORJ, B. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

TEIXEIRA, J. C.; HESPANHOL, A. N. A região Centro-Oeste no contexto das mudanças agrícolas ocorridas no pós-1960. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas, v. 1, p. 52-66, 2006.

VAINER, C. Fragmentação e projeto nacional: desafios para o planejamento regional. In: XII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS, 2007, Belém. **Anais...** Belém: ANPUR, 2007.

VIEIRA, P. A.; ALMEIDA, G. S.; BUAINAIM, A. M.; RAMOS, P. O Centro-Oeste Brasileiro como Fronteira Agrícola. In: XLIII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: SOBER, 2005.